

## SUMÁRIO

1. SUS: PROVA PARA TODAS AS PROFISSÕES .....	2
2. PROFISSÃO: ENFERMAGEM .....	5
3. PROFISSÃO: FARMÁCIA.....	10
4. PROFISSÃO: FISIOTERAPIA .....	13
5. PROFISSÃO: MEDICINA .....	17
6. PROFISSÃO: ODONTOLOGIA.....	20
7. PROFISSÃO: PSICOLOGIA.....	22
8. PROFISSÃO: SERVIÇO SOCIAL .....	25
9. PROFISSÃO: TERAPIA OCUPACIONAL.....	27

## SUS: PROVA PARA TODAS AS PROFISSÕES

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Artigos 196 a 200. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/web\\_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaoederal.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaoederal.pdf).
2. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm)
3. BRASIL. Lei 8080 de, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm).
4. BRASIL. DECRETO Nº 11.161, DE 4 DE AGOSTO DE 2022. Altera o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, e o Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, para dispor sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde e sobre o processo administrativo para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias em saúde pelo Sistema Único de Saúde. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11161.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11161.htm#art1)
5. BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm).
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 715, DE 4 DE ABRIL DE 2022. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Rede de Atenção Materna e Infantil (RAMI). Disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-715-de-4-de-abril-de-2022-391070559>
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 2.228, de 1º de julho de 2022. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, e a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a habilitação e o financiamento da Rede de Atenção Materna e Infantil (RAMI). Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt2228\\_01\\_07\\_2022.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt2228_01_07_2022.html)
8. BRASIL. Presidência da República. Lei complementar nº141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o §3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp141.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm).
9. BRASIL. Ministério da Saúde. A Experiência da diretriz de ambiência na Política Nacional de Humanização – PNH. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://redehumanizasus.net/lancamento-da-cartilha-humanizasus>.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Intergestores Tripartite. Resolução CIT 23 de 17 de agosto de 2017. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2017/res0023\\_18\\_08\\_2017.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2017/res0023_18_08_2017.html).

11. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.979-de-12-de-novembro-de-2019-227652180>
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017 – Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do SUS. TÍTULO 1 – Dos direitos e deveres dos usuários. TÍTULO II – Da organização: Capítulo II e Capítulo III (Art. 22 e 23). TÍTULO IV - Do Planejamento: Capítulo I ) ( Art. 94 – 101). TÍTULO VII – Dos sistemas de informação: Capítulo III - Seção I – Subseção I, II e V. Capítulo IV – Do cadastro Nacional de estabelecimentos de Saúde – Seção I – Das disposições gerais. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001\\_03\\_10\\_2017.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001_03_10_2017.html)
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de Setembro de 2017. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003\\_03\\_10\\_2017.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html)
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.600 de 7 de julho de 2011 - Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1600\\_07\\_07\\_2011.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1600_07_07_2011.html)
15. BRASIL. Ministério Da Saúde. portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 - Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html)
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017 - Altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588\\_22\\_12\\_2017.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html)
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011 - Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459\\_24\\_06\\_2011.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html)
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012 - Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793\\_24\\_04\\_2012.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html)
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007 - Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996\\_20\\_08\\_2007.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996_20_08_2007.html)
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME 2020. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/assistencia-farmacutica/medicamentos-rename>
21. CNM - Confederação Nacional de Municípios. Mudanças no Financiamento da Saúde. Núcleo de Desenvolvimento Social. Área Técnica da Saúde. Título: Mudanças no Financiamento da Saúde. Brasília – 2018. Disponível em: <https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Mudan%C3%A7as-no-Financiamento-da-Sa%C3%BAde.pdf>

22. Conselho Nacional de Saúde (BR). Relatório da 16ª Conferência Nacional de Saúde: versão preliminar [Internet]. Brasília: Conselho Nacional de Saúde; 2019. 255 p. Páginas 64 até 80. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/16cns/Relatorio\\_16CNS.pdf](http://conselho.saude.gov.br/16cns/Relatorio_16CNS.pdf) Links
23. Estratégia Saúde da Família. <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/esf>
24. GUIMARAES, R. Vacinas Anticovid: um olhar da saúde coletiva. 28 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/nota-sobre-as-vacinas-contra-o-sars-cov-2-artigo-de-reinaldo-guimaraes/49847/>
25. MENDES, EV. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. Capítulo 2 – Conceito de Redes de Atenção à Saúde e Elementos constitutivos das Redes de Atenção à Saúde. Capítulo 4: Uma Nova Clínica: As Mudanças da Atenção à Saúde. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/redes\\_de\\_atencao\\_saude.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/redes_de_atencao_saude.pdf).
26. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Atenção Primária. Estratégias, Ações e Programas — Ministério da Saúde
27. Portaria GM/MS nº 5.350, de 12 de setembro de 2024 - Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede Alyne. Área Técnica Responsável: Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS).
28. Portaria GM/MS nº 5.349, de 12 de setembro - Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento da Rede Alyne. Área Técnica Responsável: Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS).
29. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
30. PORTARIA GM/MS Nº 1.698, DE 23 DE JULHO DE 2021. Institui o Programa de revitalização de Unidades Básicas de Saúde por meio de trabalho de pessoas privadas de liberdade, por meio da alteração da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017
31. PORTARIA Nº 837, DE 9 DE MAIO DE 2014. [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0837\\_09\\_05\\_2014.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0837_09_05_2014.html)

## PROFISSÃO: ENFERMAGEM

1. ANVISA. **Assistência Segura:** Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática. Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. 2017
2. ANVISA. **NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/Anvisa no 05/2023.** Práticas de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde: Prevenção de Lesão por Pressão. Brasília, 28 de agosto de 2023.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Doenças Transmissíveis. Dengue: diagnóstico e manejo clínico: adulto e criança [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de Doenças Transmissíveis. – 6. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2024.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. **Manual de gestão de alto risco** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 692 p. : il. Modo de acesso: World Wide Web: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_gestacao\\_alto\\_risco.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gestacao_alto_risco.pdf) ISBN 978-65-5993-312-9
5. BRASIL, Conselho Federal de Enfermagem. **Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986:** Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências.
6. BRASIL, Ministério da Saúde. **ABC do câncer – Abordagens básicas para o controle do câncer.** Unidades 1 e 3 e INCA. Brasília, DF. 6a. Edição, 2020.
7. BRASIL, Ministério da Saúde. **Calendário Nacional de Vacinação 2020/PNI/MS.** <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/calendario>
8. BRASIL, Ministério da Saúde. CONITEC - **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Diabetes Mellitus Tipo 2.** Relatório de recomendações CONITEC, 2020.
9. BRASIL, Ministério da Saúde. CONITEC - **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Diabetes Mellitus Tipo 1.** Relatório de recomendações CONITEC, 2020.
10. BRASIL, Ministério da Saúde. **DIRETRIZES DO NASF:** núcleo de apoio a saúde da família. Caderno de Atenção Básica nº 27 Brasília, 2010.
11. BRASIL, Ministério da Saúde. **Doenças Respiratórias Crônicas.** Caderno de Atenção Básica nº 25 Brasília, 2010.
12. BRASIL, Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde.** Volume único. Brasília – DF. 2019. 3a. Edição.
13. BRASIL, Ministério da Saúde. **Guia Prático sobre a Hanseníase.** Ministério da Saúde, 2017. 68p.:il.
14. BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual de Normas e procedimentos para vacinação.** Brasília, DF, 2014.
15. BRASIL, Ministério da Saúde. Manual do Pé diabético – estratégia de cuidado para pessoa com doença crônica. Brasília, DF, 2016

16. BRASIL, Ministério da Saúde. Manual técnico para o diagnóstico da infecção pelo HIV em adultos e crianças. Brasília, DF, 2018
17. BRASIL, Ministério da Saúde. Orientações técnicas para a implementação de Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Pessoa Idosa no Sistema único de Saúde - SUS. Capítulos 3 e 4. Brasília, DF, 2018.
18. BRASIL, Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dislipidemia: prevenção de eventos cardiovasculares e pancreatite. Brasília, DF, 2020.
19. BRASIL, Ministério da Saúde. Protocolo de Diagnóstico precoce para Oncologia Pediátrica. Brasília, 2017. 29p.:il.
20. BRASIL, Ministério da Saúde. Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas. **Atenção Integral às pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST**. Brasília, 2015.
21. BRASIL, Ministério da Saúde. **SAÚDE DA CRIANÇA**: crescimento e desenvolvimento. Caderno de Atenção Básica nº 33 Brasília, 2012.
22. BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde do trabalhador e da Trabalhadora**. Caderno de Atenção Básica nº 41 Brasília, 2018.
23. BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde Mental**. Caderno de Atenção Básica no. 34: Brasília, DF. 2013.
24. BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**: o cuidado da pessoa tabagista. Caderno de Atenção Básica no. 40. Brasília, DF, 2015.
25. BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil**. 2a. edição atualizada. Brasília, DF, 2019.
26. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pós Exposição (PEP) de risco de infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais. Brasília DF, 2017.
27. BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança**: aleitamento materno e alimentação complementar. 2. ed. – Brasília, DF, 2015.
28. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança : crescimento e desenvolvimento / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. 272 p. : il. – (Cadernos de Atenção Básica, nº 33)
29. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110 p. : il. – (Série E. Legislação em Saúde)
30. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Práticas integrativas e complementares**: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica/Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 156 p. : il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica ; n. 31)

31. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança**: orientações para implementação / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
32. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Protocolos de Intervenção para o SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2a edição, 2016.
33. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Departamento de Imunizações e Doenças Imunopreveníveis**. Manual dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de Imunizações e Doenças Imunopreveníveis, Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações. – 6. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2023. 176 p. : il. Modo de acesso: World Wide Web: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_centros\\_referencia\\_imunobiologicos\\_6ed.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_centros_referencia_imunobiologicos_6ed.pdf) ISBN 978-65-5993-501-7
34. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Crônicas não Transmissíveis**. Saúde Brasil 2022: análise da situação de saúde e uma visão integrada sobre os fatores de risco para anomalias congênitas [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Crônicas não Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Modo de acesso: World Wide Web: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saudebrasil\\_2022\\_analise\\_anomalias\\_congenitas.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saudebrasil_2022_analise_anomalias_congenitas.pdf)
35. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis**. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
36. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. Glossário temático: práticas integrativas e complementares em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
37. BRASIL. Ministério da Saúde/ Secretaria de Atenção à Saúde/ Departamento de Regulação, Avaliação e Controle/Coordenação-Geral de Gestão dos Sistemas de Informações em Saúde – 30ª Edição. Agosto de 2022. **MANUAL DE BASES TÉCNICAS DA ONCOLOGIA – SIA/SUS - SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS**, 203 p.
38. CARBINATTO, Fernanda Mansano; AQUINO JUNIOR, Antonio Eduardo de; BAGNATO, Vanderlei Salvador. **Condutas e inovações nos cuidados com feridas crônicas**. São Carlos: On Line, 2024. 76 p. Disponível em: <https://www2.ifsc.usp.br/portal-ifsc/wp-content/uploads/2024/07/Condutas-e-Inovacoes-nos-cuidados-com-Feridas-Cronicas.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2024.
39. COFEN. Norma técnica para atuação da equipe de enfermagem em saúde mental e psiquiatria. Anexo da Resolução COFEN Nº 0599/2018.

40. COFEN. RESOLUÇÃO COFEN Nº 648/2020. Dispõe sobre a normatização, capacitação e atuação do enfermeiro na realização da punção intraóssea em adultos e crianças em situações de urgência e emergência pré e intra-hospitalares.
41. COFEN. RESOLUÇÃO COFEN Nº 704/2022. Normatiza a atuação dos Profissionais de Enfermagem na utilização do equipamento de desfibrilação no cuidado ao indivíduo em parada cardiorrespiratória.
42. COFEN. RESOLUÇÃO COFEN Nº 713/2022. Atualiza a norma de atuação dos profissionais de enfermagem no Atendimento Pré-hospitalar (APH) móvel Terrestre e Aquaviário, quer seja na assistência direta, no gerenciamento e/ou na Central de Regulação das Urgências (CRU), em serviços públicos e privados, civis e militares.
43. CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO. Segurança do paciente: guia para a prática / Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. - São Paulo: COREN-SP, 2022.
44. FERREIRA, Sandra Rejane Soares, et al. **Atuação do Enfermeiro na Atenção Primária à Saúde**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.690p.:il.
45. GUIDELINES. **Atualização das Diretrizes de 2020 da American Heart Association (AHA)** para RCP e ACE. Disponível em: [https://cpr.heart.org/-/media/cpr-files/cpr-guidelines/files/highlights/hghlghts\\_2020eccguidelines\\_portuguese.pdf](https://cpr.heart.org/-/media/cpr-files/cpr-guidelines/files/highlights/hghlghts_2020eccguidelines_portuguese.pdf)
46. <https://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/Resolucao-Cofen-no-736-2024-Dispoe-sobre-a-implementacao-do-Processo-de-Enfermagem-em-todo-contexto-socioambiental-onde-ocorre-o-cuidado-de-enfermagem.pdf>
47. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Caderneta da Gestante**. Brasília, DF. 4ª ed, 2018.
48. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa**. Brasília, DF. 5ª ed, 2020.
49. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de DST/aids: princípios e diretrizes /** Coordenação Nacional de DST e Aids. 1. ed. \_ Brasília: Ministério da Saúde, 1999.
50. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa Nacional de Imunização**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programa-nacional-de-imunizacoes-vacinacao>
51. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **PROTOCOLO UNIFICADO PARA O TRATAMENTO DAS NEOPLASIAS MALIGNAS NÃO HEMATOLÓGICAS**. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde – SAES. Instituto Nacional de Câncer – INCA e Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro – SEMS/RJ. Fevereiro, 2022
52. PORTARIA CONJUNTA Nº 14, DE 24 DE AGOSTO DE 2021. Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Asma. Disponível em <https://www.gov.br/conitec/pt-br>
53. PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS DA DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA. MS. Disponível em <https://www.gov.br/conitec/pt-br>
54. PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS DO ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL ISQUÊMICO AGUDO. MS. Brasília, 2021. Disponível em <https://www.gov.br/conitec/pt-br>
55. RESOLUÇÃO COFEN Nº 564/2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.



56. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Diretriz da SBC sobre Diagnóstico e Tratamento de Pacientes com Cardiomiopatia da Doença de Chagas – 2023. DOI: <https://doi.org/10.36660/abc.20230269>.
57. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. **Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020**. Disponível em: <http://departamentos.cardiol.br/sbc-dha/profissional/pdf/Diretriz-HAS-2020.pdf>
58. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Angina Instável e Infarto Agudo do Miocárdio sem Supradesnível do Segmento ST – 2021. <https://doi.org/10.36660/abc.20210180>.
59. Sociedade Brasileira de Pediatria. **Obesidade na Infância e Adolescência**. Manual de Orientação. 3ª Ed - São Paulo:SBP.2019.236p.
60. UNA-SUS. Linhas de cuidado em enfermagem. **Urgência e Emergência** – Classificação de Risco e Acolhimento. 2013. **Unidades 2, 3 e 4**. Disponível em: [https://unasus2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/11070/mod\\_resource/content/3/Modulo5\\_UrgenciaEmergencia.pdf](https://unasus2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/11070/mod_resource/content/3/Modulo5_UrgenciaEmergencia.pdf)



## PROFISSÃO: FARMÁCIA

1. BRASIL. Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 23 jun. 2006. Seção 1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5813.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5813.htm). Acesso em: 2 dez. 2025.
2. BRASIL. Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5991.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5991.htm). Acesso em: 2 dez. 2025.
3. BRASIL. Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13021.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13021.htm). Acesso em: 2 dez. 2025.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2009/rdc0044\\_17\\_08\\_2009.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2009/rdc0044_17_08_2009.pdf). Acesso em: 2 dez. 2025.
5. BRASIL. Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Guia para elaboração de programas de gerenciamento do uso de antimicrobianos em serviços de saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde; ANVISA, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes-e-manuais/gerenciamento-de-antimicrobianos-em-servicos-de-saude-guia-anvisa.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.
6. BRASIL. Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes-e-manuais/protocolo-medicamentos.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Portaria GM/MS nº 4.379, de 14 de junho de 2024. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, para estabelecer as Diretrizes Nacionais do Cuidado Farmacêutico no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt4379\\_17\\_06\\_2024.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt4379_17_06_2024.html). Acesso em: 2 dez. 2025.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 338, de 06 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Brasília, DF, 2004. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338\\_06\\_05\\_2004.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338_06_05_2004.html). Acesso em: 2 dez. 2025.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. Aprova a Política Nacional de Medicamentos. Disponível em:

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916\\_30\\_10\\_1998.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html). Acesso em: 2 dez. 2025.

10. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em: [https://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/\(31\)PRT\\_SVS\\_344\\_1998\\_CO\\_MP.pdf/0075d46b-4214-4363-a190-0ac168c140a0](https://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/(31)PRT_SVS_344_1998_CO_MP.pdf/0075d46b-4214-4363-a190-0ac168c140a0). Acesso em: 2 dez. 2025.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Cartilha para a promoção do uso racional de medicamentos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha\\_promocao\\_uso\\_racional\\_medicamentos.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_promocao_uso_racional_medicamentos.pdf). Acesso em: 2 dez. 2025.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Cuidado farmacêutico na atenção básica. Caderno 1: Serviços Farmacêuticos na Atenção Básica à Saúde**. 1. ed ver. Brasília, DF, 2014. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/servicos\\_farmaceuticos\\_atencao\\_basica\\_saude.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/servicos_farmaceuticos_atencao_basica_saude.pdf). Acesso em: 2 dez. 2025.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Cuidado farmacêutico na atenção básica. Caderno 2: Capacitação para Implementação dos Serviços de Clínica Farmacêutica**. 1. ed ver. Brasília, DF, 2014. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/qualifar-sus/eixo-cuidadontigo/arquivos/cuidado\\_farmaceutico\\_atencao\\_basica\\_saude\\_2\\_1ed.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/qualifar-sus/eixo-cuidadontigo/arquivos/cuidado_farmaceutico_atencao_basica_saude_2_1ed.pdf). Acesso em: 2 dez. 2025.
14. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução CFF nº 724, de 29 de abril de 2022. Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. Disponível em: <https://admin.cff.org.br/src/uploads/legislacao/49e36abf4ea344d8c38da081ee058912dcb6a940.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.
15. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 565, de 6 de dezembro de 2012. Dá nova redação aos artigos 1º, 2º e 3º da Resolução/CFF nº 288 de 21 de março de 1996. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/565.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.
16. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 585, de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.
17. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 586, de 29 de agosto de 2013. Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/586.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.
18. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade: contextualização e arcabouço conceitual**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: [https://www.cff.org.br/userfiles/Profar\\_Arcabouco\\_TELA\\_FINAL.pdf](https://www.cff.org.br/userfiles/Profar_Arcabouco_TELA_FINAL.pdf). Acesso em: 2 dez. 2025.

19. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 671, de 25 de julho de 2019. Regulamenta a atuação do farmacêutico na prestação de serviços e assessoramento técnico relacionados à informação sobre medicamentos e outros produtos para a saúde no Serviço de Informação sobre Medicamentos (SIM), Centro de Informação sobre Medicamentos (CIM) e Núcleo de Apoio e/ou Assessoramento Técnico (NAT). Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-CFF-671-2019-07-25.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.
20. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 675, de 31 de outubro de 2019. Regulamenta as atribuições do farmacêutico clínico em unidades de terapia intensiva, e dá outras providências. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-CFF-675-2019-10-31.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.
21. DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF). Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde (SAIS). Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIASF). **Boletim de Farmácia Clínica**. Ano IV, nº 09. Brasília, DF: SES/DF, ago. 2021. Disponível em: [https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/572829/Boletim-Farmacia-Clinica-SESDF-n.9-ago\\_2021-Interacoes-medicamentosas.pdf/3dfc3824-2246-8008-298b-c58b980cd85f?t=1649023256663](https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/572829/Boletim-Farmacia-Clinica-SESDF-n.9-ago_2021-Interacoes-medicamentosas.pdf/3dfc3824-2246-8008-298b-c58b980cd85f?t=1649023256663). Acesso em: 2 dez. 2025.
22. FERREIRA, C. E. F. et al. **Guia da Farmacologia Clínica**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.edu.br/bitstream/capes/702963/1/Guia.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.
23. SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR E SERVIÇOS DE SAÚDE (SBRAFH). *Padrões mínimos para a prática da Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde*. 3. ed. São Paulo: SBRAFH, 2020. Disponível em: [https://www.sbrafh.org.br/site/wp-content/uploads/2020/07/Padroes\\_Minimos\\_3ed\\_compressed.pdf](https://www.sbrafh.org.br/site/wp-content/uploads/2020/07/Padroes_Minimos_3ed_compressed.pdf). Acesso em: 2 dez. 2025.




## PROFISSÃO: FISIOTERAPIA

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Deficiência, viver sem limite - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência/ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em : <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/PlanoNacionaldosDireitosdaPessoa com Deficin ciaNovoViverSemLimite.pdf>
2. Portaria GM/MS Nº 1.526, de 11 de outubro de 2023 - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1526\\_16\\_10\\_2023.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1526_16_10_2023.html)
3. Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPI) - Decreto Nº 12.574, de 5 de agosto de 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/D12574.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12574.htm)
4. DA CRUZ, Angélica Pereira et al. A fisioterapia nos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica: uma revisão de literatura. Revista de Atenção à Saúde, v. 19, n. 69, 2021. Disponível em: [https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_ciencias\\_saude/article/view/7875](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/7875)
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Acidente Vascular Cerebral Isquêmico Agudo/ Ministério da Saúde, Brasília, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/consultas/relatorios/2021/20211230\\_relatorio\\_recomendacao\\_avci\\_agudo\\_cp110.pdf](https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/consultas/relatorios/2021/20211230_relatorio_recomendacao_avci_agudo_cp110.pdf)
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Doença de Parkinson – Relatório de Recomendação/ Ministério da Saúde, Brasília, 2017. Disponível em: [https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/relatorio\\_pcdt\\_doenca\\_de\\_parkinson\\_final\\_291\\_2017.pdf](https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/relatorio_pcdt_doenca_de_parkinson_final_291_2017.pdf)
7. BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436\\_22\\_09\\_2017.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html)
8. BRASIL, Ministério da Saúde. Diretrizes para o cuidado das pessoas idosas no sus: proposta de modelo de atenção integral. 2014. 46p. - Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_cuidado\\_pessoa\\_idosa\\_sus.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_cuidado_pessoa_idosa_sus.pdf)
9. FIGUEIREDO, Elisabeth Niglio de. A Estratégia Saúde da Família na Atenção Básica do SUS. UNA-SUS. UNIFESP. 12p. Disponível em: [https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca\\_virtual/esf/2/unidades\\_conteudos/unidade05/unidade05.pdf](https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade05/unidade05.pdf)
10. BRASIL, Ministério da Saúde. Estatuto da Pessoa Idosa. - 3 ed. - Brasília - DF. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/estatuto-da-pessoa-idosa.pdf/view>

11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Gestão do Cuidado Integral. Guia de cuidados para a pessoa idosa [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Gestão do Cuidado Integral. — Brasília : Ministério da Saúde, 2023. Disponível em:  
[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_cuidados\\_pessoa\\_idosa.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_cuidados_pessoa_idosa.pdf)
12. AACVPR, American Association of Cardiovascular and Pulmonary Rehabilitation. Diretrizes para programas de reabilitação pulmonar. 3 ed. São Paulo: Editora Roca, 2007.  
<https://www.scielo.br/j/abc/a/r9qxGTpcvbm7PWtLZMw6Z9h/?format=pdf&lang=pt>
13. CASTELLANO, Maria Vera Cruz de Oliveira et al. Recomendações para oxigenoterapia domiciliar prolongada da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (2022). *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 48, p. e20220179, 2022.  
<https://jbp.org.br/Content/imagebank/pdf/jbp2022-0179PT638179507455705582.pdf>
14. CARVALHO, Tales de et al. Diretriz brasileira de reabilitação cardiovascular– 2020. *Arquivos brasileiros de cardiologia*, v. 114, p. 943-987, 2020. Disponível em:  
<http://publicacoes.cardiol.br/portal/abc/portugues/2020/v11405/pdf/11405022.pdf>
15. AMIB, Associação de medicina Intensiva Brasileira; SBPT. Diretrizes Brasileiras de Ventilação Mecânica. Versão eletrônica Oficial, 2013. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rbti/a/Whwrm75h6MJwr5C6JmJg73Q/?format=pdf&lang=pt>
16. BRASIL, Ministério da Saúde. ANVISA. RDC n 7, Regulamentação para funcionamento de Unidade de Terapia Intensiva. Versão eletrônica, 2010. Disponível em:  
[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0007\\_24\\_02\\_2010.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0007_24_02_2010.html)
17. PAIÃO, Renata C. N.; DIAS, Luciana I. de N. Atuação da Fisioterapia nos Cuidados Paliativos da Criança com Câncer. *Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde - Vol. 16, No. 4, Ano 2012 - p.153-169*. Disponível em:  
<http://www.pgskroton.com.br/seer/index.php/ensaioeciencia/article/download/2777/2633>
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Protocolo de diagnóstico precoce para oncologia pediátrica [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em:  
[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo\\_diagnostico\\_precoce\\_cancer\\_pediatico.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_diagnostico_precoce_cancer_pediatico.pdf)
19. Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica – SBOC Atividade Física e Câncer: Recomendações para Prevenção e Controle / Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica – SBOC – São Paulo: SBOC, 2022. 57 p.: il. Disponível em:  
[https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//af\\_e\\_cancer\\_prevencao\\_e\\_controle\\_sboc\\_inca\\_sbafs\\_c-per-eleitoral.pdf](https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//af_e_cancer_prevencao_e_controle_sboc_inca_sbafs_c-per-eleitoral.pdf)
20. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas em Oncologia/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em:  
[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos\\_clinicos\\_diretrizes\\_terapias\\_oncologia.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_clinicos_diretrizes_terapias_oncologia.pdf)

21. SAMPAIO, Luciana R. et al. Recursos fisioterapêuticos no controle da dor oncológica: revisão da literatura. *Revista Brasileira de Cancerologia* 2005; 51(4): 339-346. Disponível em: [http://www1.inca.gov.br/rbc/n\\_51/v04/pdf/revisao5.pdf](http://www1.inca.gov.br/rbc/n_51/v04/pdf/revisao5.pdf)
22. BRASIL, Ministério da Saúde. ABC do câncer: abordagens básicas para o controle do câncer / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva; organização Mario Jorge Sobreira da Silva. – 5. ed. rev. atual. ampl. – Rio de Janeiro: Inca, 2019. ISBN 978-85-7318-378-8 (versão eletrônica). Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/abc\\_do\\_cancer\\_2ed.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/abc_do_cancer_2ed.pdf)
23. SILVA, Randresson Jadson Ferreira et al. Atuação da fisioterapia nos cuidados paliativos em pacientes oncológicos: Uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 6, p. e50610615914-e50610615914, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15914/14342>
24. SILVA, Laís Evelin Santos et al. A função do fisioterapeuta nos cuidados paliativos e os recursos utilizados para melhoria de qualidade de vida do paciente oncológico em estado terminal. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 16, p. e190101623148-e190101623148, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23148/20850>
25. Atenção Humanizada ao recém-nascido, Método Canguru – Manual Técnico, MINISTÉRIO DA SAÚDE Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas- 2017, 3ª edição AZEREDO, C.A.C. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_humanizada\\_metodo\\_canguru\\_manual\\_3ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_metodo_canguru_manual_3ed.pdf)
26. JUSTINIANO, Alexandre do N. Interpretação de Exames Laboratoriais para o Fisioterapeuta. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2012.
27. MARTINS. A.J., Corso.S.. Fisioterapia Cardiovascular e Respiratória. Ed. Secad. Porto Alegre. 2014.
28. NICOLAU C.M., Andrade L.B.. Fisioterapia Pediátrica e neonatal: Cardiorrespiratória e terapia intensiva. Ed. Secad. Porto Alegre. 2012.
29. MAYWORM, Sandra Helena. Cinesioterapia / Sandra Helena Mayworm. Rio de Janeiro: SESES, 2016.
30. West, John B. Fisiologia respiratória: princípios básicos I John B. West; tradução Ana Cavalcante Carvalho Botelho e Edison Moraes Rodrigues Filho - 8. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2010.
31. SILVA, M.F. BARBOSA, R. I. Fisioterapia Traumato-Ortopédica. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2019.
32. GARCIA, C. S. FACCHINETI, E.D. Fisioterapia Neurofuncional. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2015.
33. MENDONÇA, L. OLIVEIRA, R. Fisioterapia Esportiva e Traumato-ortopédica. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2015.
34. ARTINS, J. A. Fisioterapia Cardiovascular e Respiratória. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2014.
35. SUASSUNA, Viviani Aparecida Lara et al. Fisioterapia em emergência. Editora Manole, 2016.

36. CHAMLIAN, Therezinha Rosane; Medicina física e reabilitação. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
  37. SARMENTO George J. V.. Fisioterapia respiratória no paciente crítico: rotinas clínicas. Ed Malone. 3 ed. Ver. E ampl. – Barueri. São Paulo. 2010.
  38. GOOBBI Fátima Cristina Martorano. Fisioterapia hospitalar: avaliação e planejamento do tratamento fisioterapêutico. Ed. Atheneu. São Paulo. 2009.
  39. ULTRA Rogério Brito. Fisioterapia intensiva. 2. Ed. Rio de Janeiro. Cultura Médica: Guanabara Koogan, 2009.
  40. PRADO C., VALE L. A. Fisioterapia neonatal e pediátrica. Ed Malone. São Paulo. 2012.
- 



1. Brandão, Andréa Araujo; Rodrigues, Cibele Isaac Saad; Bortolotto, Luiz Aparecido; Armstrong, Anderson da Costa; Mulinari, Rogério Andrade; Feitosa, Audes Diógenes de Magalhães; Mota-Gomes, Marco Antonio; Barbosa, Eduardo Costa Duarte; Moura Neto, José Andrade; Neves, Mario Fritsch Toros; Weimar, Kunz Sebba Barroso; Forjaz, Claudia Lucia de Moraes; Klein, Márcia Regina Simas Torres; Nobre, Fernando; Jardim, Paulo César Brandão Veiga; Amodeo, Celso; Paula, Rogério Baumgratz de; Ferreira Filho, Sebastião Rodrigues; Gemelli, João Roberto; Vilela-Martin, José Fernando; Muxfeldt, Elizabeth Silaid; Mion Júnior, Décio; Malachias, Marcus Vinicius Bolivar; Machado, Carlos Alberto; Almeida, Fernando Antonio de; Lucena, Alexandre Jorge Gomes de; Avezum, Alvaro; Amaral, Amaury Zatorre; Moura, Ana Flavia; Camargo, Ana Lúcia Rego Fleury de; Abreu, Andrea Pio de; Sposito, Andrei C.; Pierin, Angela Maria Geraldo; Paiva, Annelise Machado Gomes de; Laurinavicius, Antonio Gabriele; Poli-de-Figueiredo, Carlos Eduardo; Souza, Dilma do Socorro Moraes de; Freitas, Elizabete Viana de; Lima Júnior, Emilton; Campana, Erika Maria Gonçalves; Argenta, Fábio; Colombo, Fernanda Marciano Consolim; Polacchini, Fernanda Salomão Gorayeb; Borelli, Flavio Antonio de Oliveira; Plavnik, Frida Liane; Silva, Giovanio Vieira da; Guerra, Grazia Maria; Lopes, Heno Ferreira; Barreto Filho, José Augusto Soares; Toledo, Juan Carlos Yugar; Lotaif, Leda Aparecida Daud; Costa, Lílian Soares da; Magalhães, Lucelia Batista Neves Cunha; Drager, Luciano Ferreira; Martin, Luis Cuadrado; Scala, Luiz César Nazário; Magalhães, Maria Eliane Campos; Pinheiro, Maria Eliete; Teixeira, Maria Emília Figueiredo; Dinamarco, Nelson; Moreira Filho, Osni; Passarelli Junior, Oswaldo; Coelho, Otavio Rizzi; Ribeiro Júnior, Renault Mattos; Miranda, Roberto Dischinger; Bezerra, Rodrigo; Pedrosa, Rodrigo Pinto; Okawa, Rogério Toshiro Passos; Povia, Rui Manuel dos Santos; Cardoso, Sandra Lia do Amaral; Inuzuka, Sayuri; Kaiser, Sérgio Emanuel; Silva, Sheyla Cristina Tonheiro Ferro da; Shecaira, Tânia Plens; Koch, Vera Hermina Kalika; Nadruz, Wilson. Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial – 2025. Arq. Bras. Cardiol., v. 122, n. 9, e20250624, out. 2025.
2. Rached, Fabiana Hanna; Miname, Marcio Hiroshi; Rocha, Viviane Zorzanelli; Zimmerman, André; Cesena, Fernando Henpin Yue; Sposito, Andrei Carvalho; Santos, Raul Dias dos; Behr, Paulo Eduardo Ballvé; Bianco, Henrique Tria; Alves, Renato Jorge; Faludi, André Arpad; Coutinho, Elaine dos Reis; Fonseca, Francisco Antonio Helfenstein; Carvalho, Luiz Sérgio Fernandes de; Bertolami, Adriana; Rocha, Aloísio Marchi da; Marte, Ana Paula; Chagas, Antonio Carlos Palandri; Caramelli, Bruno; Polanczyk, Carisi Anne; Ferreira, Carlos Eduardo dos Santos; Serrano Junior, Carlos Vicente; Araujo, Daniel Branco de; Moriguchi, Emilio Hideyuki; Pinto, Fausto J.; Moreira, Humberto Graner; Back, Isabela de Carlos; Faria Neto, Jose Rocha; Maia, Kleisson Antônio Pontes; Bertolami, Marcelo Chiara; Assad, Marcelo Heitor Vieira; Izar, Maria Cristina de Oliveira; Barreto, Mauricio Alves; Barreto, Natasha Shlessarenko Fraife; Silva, Pedro Gabriel Melo de Barros e; Pimentel Filho, Pedro; Maranhão, Raul Cavalcante; Kaiser, Sergio Emanuel; Machado, Valeria Arruda; Saraiva, Jose Francisco Kerr. Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2025. Arq. Bras. Cardiol., v. 122, n. 9, e20250640, out. 2025.
3. Melanie Rodacki, Roberta A. Cobas, Lenita Zajdenverg, Wellington Santana da Silva Júnior, Luciano Giacaglia, Luis Eduardo Calliari, Renata Maria Noronha, Cynthia Valerio, Joaquim Custódio, Mauro Scharf, Cristiano Roberto Grimaldi Barcellos, Maithe Pimentel Tomarchio, Maria Elizabeth Rossi da Silva, Rosa Ferreira dos Santos, Bianca de Almeida-Pitito, Carlos Antonio Negrato, Monica Gabbay, Marcello Bertoluci | Diagnóstico de diabetes mellitus. Diretriz Oficial da Sociedade Brasileira de Diabetes (2024). DOI: 10.29327/5412848.2024-1, ISBN: 978-65-272-0704-7
4. Ruy Lyra, Fernando Valente, Luciano Albuquerque, Saulo Cavalcanti, Marcos Tambascia, Wellington S. Silva Júnior e Marcello Casaccia Bertoluci. Manejo da Terapia

Antidiabética no DM2. Diretriz Oficial da Sociedade Brasileira de Diabetes (2025). DOI: 10.29327/5660187.2025-14, ISBN: 978-65-5941-367-

5. Valerio CM, Saraiva JFK, Valente F, van de Sande-Lee S, Rocha VZ, Rached FH, Drager LF, Halpern B, Júnior WSS, Trujillo FR, Dornelas N, da Silva Filho RL, Salles JEN, Assad MHV, Mancini MC, Miranda PAC, Moreira R, Lamounier RN, Kaiser S, Bertoluci MC. 2025 Brazilian evidence-based guideline on the management of obesity and prevention of cardiovascular disease and obesity-associated complications: a position statement by five medical societies. *Diabetol Metab Syndr*. 2025 Nov 18;17(1):432. doi: 10.1186/s13098-025-01954-8. PMID: 41254791; PMCID: PMC12625227.
6. VILAR, Lúcio (org.). *Endocrinologia Clínica*. 8. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2025. Cap. 27 – Etiologia e diagnóstico do hipotireoidismo.
7. VILAR, Lúcio (org.). *Endocrinologia Clínica*. 8. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2025. Cap. 28 – Tratamento do hipotireoidismo franco no adulto.
8. VILAR, Lúcio (org.). *Endocrinologia Clínica*. 8. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2025. Cap. 29 – Diagnóstico e tratamento da doença de Graves (hipertireoidismo).
9. KIDNEY DISEASE: Improving Global Outcomes (KDIGO) ADPKD Work Group. KDIGO 2025 Clinical Practice Guideline for the Evaluation, Management, and Treatment of Autosomal Dominant Polycystic Kidney Disease (ADPKD): Chapter 3: Chronic kidney disease (CKD) management and progression, kidney failure, and kidney replacement therapy (KRT). In: KDIGO 2025 Clinical Practice Guideline for the Evaluation, Management, and Treatment of ADPKD. *Kidney Int.*, v. 107, n. 2S, p. S99–S111, 2025. Disponível em: <https://kdigo.org/wp-content/uploads/2025/01/KDIGO-2025-ADPKD-Guideline.pdf>
10. João Roberto Sá, Luis Henrique Canani, Érika Bevilaqua Rangel, Andrea Carla Bauer, Themis Zelmanovitz, Sandra Pinho Silveiro, Carolina de Castro Rocha Betônico, Márcio Weissheimer Lauria, Rodrigo Nunes Lamounier, Marcello Bertoluci, Thyago Proença de Moraes. *Manejo da Doença Renal do Diabetes*. Diretriz Oficial da Sociedade Brasileira de Diabetes (2025). DOI: 10.29327/5660187.2025-2, ISBN: 978-65-5941-367-6.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Controle dos cânceres do colo do útero e da mama*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 13).
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *HIV/AIDS, hepatites e outras DST*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 18).
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Carências de micronutrientes*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. (Cadernos de Atenção Básica, n. 20).
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Cadernos de Atenção Básica, n. 23).
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Atenção ao pré-natal de baixo risco*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n. 32).

16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n. 33).
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. (Cadernos de Atenção Básica, n. 11).
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Cadernos de Atenção Básica, n. 26).
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Procedimentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 64 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Primária, n. 30).
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres. Brasília: MS/Instituto Sírio-Libanês, 2016.
21. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos de Encaminhamento da Atenção Básica para a Atenção Especializada v. 5: Cirurgia Torácica e Pneumologia. Brasília: MS/UFRGS, 2016.
22. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos de Encaminhamento da Atenção Básica para a Atenção Especializada v. 4: Ginecologia. Brasília: MS/UFRGS, 2016.
23. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Manual de gestação de alto risco [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
24. DUNCAN, Bruce B. et al. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. Artmed Editora, 2022.
25. GUSSO, Gustavo; LOPES, José Mauro Ceratti. Tratado de Medicina de Família e Comunidade-: Princípios, Formação e Prática. Artes Medicas, 2018.



## PROFISSÃO: ODONTOLOGIA

1. ANDRADE, E.D. Emergências médicas em odontologia. 3ed. São Paulo: Artes Médicas, 2011.
2. ANDRADE, E.D. Terapêutica medicamentosa em odontologia. 3ed. São Paulo: Artes Médicas, 2014.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica nº 28 - Acolhimento a demanda espontânea: queixas mais comuns na Atenção Básica. Capítulos 1 (páginas 15 a 23) e 2.21 Urgências Odontológicas (páginas 190 a 207); Brasília; 2013; Disponível em:  
[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento\\_demanda\\_espontanea\\_ca\\_b28v1.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_demanda_espontanea_ca_b28v1.pdf)
4. BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/MatrizConsolidacao/comum/250584.html>
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. A saúde bucal no Sistema Único de Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. 342 p. : il. Disponível em [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_bucal.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal.pdf)
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. Brasília, DF, 2004. 16 p. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_atencao\\_basica.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica.pdf)
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 56 p.: il.– (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MTMxMg==>
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de especialidades em saúde bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 128 p. il. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_especialidades\\_saude\\_bucal.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_especialidades_saude_bucal.pdf)
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Projeto SB 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal. Disponível em:
10. MALTZ, M. et al. Cariologia: conceitos básicos, diagnósticos e tratamento não restaurador. São Paulo: Artes Médicas, 2016. (Série Abeno: Odontologia Essencial - Parte Clínica).
11. MARCUCCI, G. Estomatologia - Série Fundamentos de Odontologia. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
12. McMINN, R. M. H.; HUTCHINGS, R.T.; LOGAN, B.M. Atlas Colorido de Anatomia da Cabeça e Pescoço. 5. ed. São Paulo: Editora Artes Médicas, 2000.

13. MONDELLI, J.; et al. Fundamentos de dentística operatória. 2 ed., 6.reimp. São Paulo: Santos, 2013.
14. NEVILLE, B. W.; DAMM, D.D.; ALLEN, C. M.; BOUQUOT, J. E. Patologia Oral & Maxilofacial. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
15. PETERSON, L. J.; ELLIS, E.; HUPP, J. R.; TUCKER, M. R. Cirurgia oral e Maxilofacial Contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
16. Jorge AOC. Microbiologia e imunologia oral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012
17. Baratieri LN, Monteiro JR, S. Odontologia Restauradora: Fundamentos e técnicas, 1 ed, Ed santos , 2010.
18. Alessandra Reis e Alessandro D. Loguércio. Materiais Dentários Restauradores Diretos: dos fundamentos à aplicação clínica. 2 ed. Ed Santos, 2007.
19. Cohen S, Hargreaves KM. Caminhos da polpa. 12ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2007. 1104p.
20. Estrela C. Metodologia científica Ciência. Ensino. Pesquisa. 3a ed. São Paulo: Artes Médicas; 2005. 794p.
21. Leonardo MR. Endodontia: tratamento dos canais radiculares. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2008.1491 p.
22. Lopes HP, Siqueira Junior JF. Endodontia: biologia e técnica. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara,2004. 964 p.
23. Anusavice KJ, Shen C, Rawls HR. Phillips Materiais Dentários. Elsevier. 12ed, 2013. 592p.



1. BARROS, R. B. A Psicologia e o Sistema Único de Saúde: quais interfaces? *Psicologia & Sociedade*. v.17, n.2, p. 21-25. Maio-Ago 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27040.pdf>
2. BEZERRA JR., B. Desafios da Reforma Psiquiátrica no Brasil. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p. 243-250, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n2/v17n2a02.pdf>
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Cartilha - Adolescentes (saúde mental). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/2024/cartilha-adolescentes-saude-mental.pdf/view>
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Cartilha - Prevenção de Suicídio. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/2024/cartilha-prevencao-de-suicidios.pdf/view>
5. BRASIL. Ministério da saúde. Portaria Nº 3.588, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588\\_22\\_12\\_2017.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html)
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde Mental. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental>
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34) ISBN 978-85-334-2019-9. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_34.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf)
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros\\_atencao\\_psicossocial\\_unidades\\_acolhimento.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros_atencao_psicossocial_unidades_acolhimento.pdf)
9. BRASIL. Presidência da República. Lei No 10.778, de 24 de Novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.778.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.778.htm)
10. BRASIL. Presidência da República. Lei nº. 10.216 de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm)
11. COLOMÉ, C. S., Dantas, C. P., IZOLAN, L. C., & ZAPPE, J. G. (2024). Redes Sociais Significativas Maternas: Significados e Movimentos Diante do Autismo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 44, 1-16. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/43kT97qxLQdvBmQVYyYQ3pdj/?format=pdf&lang=pt>

12. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). Código de Ética Profissional do Psicólogo. Edição 60 anos. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/06/WEB\\_29535\\_Codigo\\_de\\_etica\\_da\\_profissao\\_14.04-1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/06/WEB_29535_Codigo_de_etica_da_profissao_14.04-1.pdf)
13. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). Nota Técnica sobre Atuação profissional da psicóloga com mulheres em situação de violências. 01 ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2025. 16p. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/09/SEI\\_2278804\\_Nota\\_Tecnica\\_25.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/09/SEI_2278804_Nota_Tecnica_25.pdf)
14. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). Nota Técnica sobre Atuação profissional da psicóloga com mulheres em situação de violências. 01 ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2025. 8p. Nota Técnica sobre a Atuação de Profissionais de Psicologia no Atendimento às Pessoas Trans, Travestis e Não Binárias. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/09/SEI\\_2140234\\_Nota\\_Tecnica\\_11.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/09/SEI_2140234_Nota_Tecnica_11.pdf)
15. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). Nota Técnica sobre Uso Profissional das Redes Sociais: Publicidade e Cuidados Éticos. 01 ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2022. 5 p. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/06/SEI\\_CFP-0612475-Nota-Tecnica.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/06/SEI_CFP-0612475-Nota-Tecnica.pdf).
16. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). O Suicídio e os Desafios para a Psicologia / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf>
17. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — 3. ed. — Brasília : CFP , 2021. 180 p. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt\\_crepop\\_cras\\_2021.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_cras_2021.pdf)
18. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na atenção básica à saúde / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — 2. ed. — Brasília: CFP, 2019. 87 p.; 21 cm. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/CFP\\_atencaoBasica-2.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/CFP_atencaoBasica-2.pdf)
19. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2022. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/07/crepop\\_CAPS\\_web.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/07/crepop_CAPS_web.pdf)
20. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/006-Crepop-Referencias-tecnicas-para-atuacao-em-programas-de-atencao-a-mulher-em-situacao-de-violencia.pdf>
21. CPD comentado : Código de Processamento disciplinar Comentado : (resolução CFP n.º 11/2019) / [editor, organização e coordenação] Conselho Federal de Psicologia. – 1.ed. – Brasília, DF : Conselho Federal de Psicologia, 2025. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/11/cpd\\_comentado\\_web.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/11/cpd_comentado_web.pdf)
22. DIAS, F. X., & Silva, L. C. A.. (2016). Percepções dos profissionais sobre a atuação dos psicólogos nas unidades básicas de saúde. Psicologia: Ciência e Profissão, 36(3): 534-

545. doi: 10.1590/1982-3703001102014. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/Dtr6wgTJgd4gH6yfgjwVcrv/?format=pdf&lang=pt>
23. EIDELWEIN, C. A. D., TRINDADE, L. L., & Bordignon, M. (2024). Estresse Ocupacional entre Psicólogos Atuantes na Atenção Primária à Saúde no Contexto Pandêmico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 44, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003259089>. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/QJJnpxs8PLXsXrpNg5xXHQp/?format=pdf&lang=pt>
24. ERLICH, Hilana e DAMOUS, Issa O ambulatório de saúde mental na rede de atenção psicossocial: reflexões sobre a clínica e a expansão das políticas de atenção primária. *Physis* 27 (04) Oct-Dec 2017. Disponível em:  
<https://www.scielo.org/article/physis/2017.v27n4/911-932/>
25. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Centros de Atenção Psicossocial. Disponível em:  
<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps/caps>
26. NUNES, M.; JUCÁ, V.J.; VALENTIM, C.P.B. Ações de saúde mental no Programa Saúde da Família: confluências e dissonâncias das práticas com os princípios das reformas psiquiátrica e sanitária. *Cad. Saude Pública*, v.2, n.10, p.237584, 2007. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n10/12.pdf>
27. OLIVEIRA, Eliane Caldas do Nascimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 22, Jun 2002. O psicólogo na UTI: reflexões sobre a saúde, vida e morte nossa de cada dia. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/vjYpzhksJPRx6BBZKwbtbfz/?lang=pt>
28. TONETTOI, Aline Maria e GOMES, William Barbosa. A prática do psicólogo hospitalar em equipe multidisciplinar. *Estud. psicol. (Campinas)* 24 (1). Mar 2007 Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/gJLwDT5TZhyVXTRW7CZKLgG/#:~:text=%C3%89%20multidisciplinar%20quando%20existem%20v%C3%A1rios,trabalhos%20que%20contemplam%20essa%20diferencia%C3%A7%C3%A3o>



## PROFISSÃO: SERVIÇO SOCIAL

1. BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)
2. BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)
3. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)
4. BRASIL. Lei 10.741 de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm)
5. BRASIL. Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm)
6. BRASIL. Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em : [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm)
7. BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)
8. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. (Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais). Brasília (DF), 2010. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_a\\_Atualcao\\_de\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualcao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf)
9. BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução CFESS nº 1.098, de 03 de abril de 2025. Dispõe sobre os procedimentos para salvaguarda de documentos técnicos e de documentos técnicos sigilosos do Serviço Social. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/legislacao/5138/rdDPFuGEtHUnln6HxaRWdl9d82poxGgn.pdf>
10. BRASIL. Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que tratam a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm)
11. BRASIL. Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a alienação parental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 ago. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm)
12. BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Resolução CFESS nº 556, de 15 de setembro de 2009. Procedimentos para efeito da lacração do material técnico e

material técnico-sigiloso do Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2009. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_CFESS\\_556-2009.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_556-2009.pdf)

13. BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Resolução nº 569, de 25 de março de 2010. Dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. Brasília, DF: CFESS, 2010. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS\\_569-2010.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS_569-2010.pdf)
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização - PNH. 1ª ed., 1ª reimpressão. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_humanizacao\\_pnh\\_foelho.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_foelho.pdf)
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Instrutivo Técnico da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) no Sistema Único de Saúde (SUS) [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Ações Programáticas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/instrutivo\\_tecnico\\_raps\\_sus.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/instrutivo_tecnico_raps_sus.pdf)
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde: Departamento de Atenção Especializada e Temática. Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares de atenção psicossocial nos territórios: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA/Ministério da Saúde, Secretária de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros\\_atencao\\_psicossocial\\_unidades\\_acolhimento.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros_atencao_psicossocial_unidades_acolhimento.pdf)

## PROFISSÃO: TERAPIA OCUPACIONAL

1. Gomes, D., Teixeira, L., & Ribeiro, J. (2021). Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio & Processo 4ª Edição. Versão Portuguesa de Occupational Therapy Practice Framework: Domain and Process 4th Edition (AOTA – 2020)
2. RESOLUÇÃO COFFITO nº425, de 08 de Julho de 2013 – (D.O.U. nº 147, Seção 1 de 01/08/2013).
3. Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. Disponível em: [https://www.coffito.gov.br/nsite/?page\\_id=3386](https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3386)
4. RESOLUÇÃO COFFITO Nº 458, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015 – Dispõe sobre o uso da
5. Tecnologia Assistiva pelo terapeuta ocupacional e dá outras providências. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3221>
6. RESOLUÇÃO COFFITO Nº 516, DE 20 DE MARÇO DE 2020 – Teleconsulta, Telemonitoramento e Teleconsultoria. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=15825>
7. SANTOS, R.; SAMPAIO, P.; SAMPAIO, R.; GUTIERREZ, G.; ALMEIDA, M. Tecnologia assistiva e
8. suas relações com a qualidade de vida de pessoas com deficiência. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 28, n. 1, p. 54-62, 8 jun. 2017. Disponível em <<https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v28i1p54-62>>
9. CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. Terapia Ocupacional: fundamentação & prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
10. HAGEDORN, R. Ferramentas Para a Prática em Terapia Ocupacional. 1.ed. São Paulo: Roca, 2007
11. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: EDUSP, 2003.
12. RADOMSKI, M.; VINING, L. C.; TROMBLY, A.C. Terapia Ocupacional Para Disfunções Físicas - 6ª ed. Editora Santos, 2013.
13. Noordhoek, J., Quintão, Loschiavo, F.: Intervenção da Terapia Ocupacional no Tratamento de Indivíduos com Doenças Reumáticas Utilizando a Abordagem da Proteção Articular. Rev Bras Reumatol, v. 45, n. 4, p. 242-44, jul./ago., 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0482-50042005000400008>
14. CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. Terapia Ocupacional: fundamentação & prática. 2ª edição - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.